

UM OLHAR PARA AS TEORIAS DA PRÁTICA SOCIAL: O DISCURSO COMO PRÁTICA [DE DOMINAÇÃO DO] SOCIAL E SEU AGIR PRÁTICO NAS ORGANIZAÇÕES

ELIZEU BARROSO ALVES⁶

RESUMO

Este estudo busca apresentar uma aproximação entre Andreas Reckwitz e Pierre Bourdieu no sentido de explorar que o social está localizado nas práticas, e as práticas ocorrem dentro de campos. Argumentando assim que o discurso que é um elemento da ação prática estruturante das relações se torna capaz de denotar capital simbólico, influenciando assim as relações da prática, tais como compreensões sobre o que dizer e fazer, regras explícitas, princípios, preceitos e instruções através de estruturas “teleoafetivas” envolvendo fins, projetos e tarefas. E para apreensão deste argumento, apresentamos o método cunhado por Rosa, Paço-Cunha e Morais (2009) que se promove como sendo um instrumento capaz de apreender essa relação de influência discursiva nas ações práticas, tendo como foco a prática nas organizações. Para isso, apoiamos-nos nas contribuições de algumas linhas teóricas que versam sobre as teorias das práticas social, que destaca que a lente das teorias das práticas social não opera com uma lógica do cálculo utilitário de consequência.

Palavras-chave: Teorias das Prática; Discurso; Poder; Estudos Organizacionais.

ABSTRACT

This study seeks to present an approximation between Andreas Reckwitz and Pierre Bourdieu in order to explore that the social is located in the practices, and the practices occur within fields. Arguing thus that discourse that is an element of the structuring action of relationships becomes capable of denoting symbolic capital, thus influencing the relations of practice, such as understandings of what to say and do, explicit rules, principles, precepts, and instructions through “teleoaffective” structures involving purposes, projects and tasks. And for the apprehension of this argument, we present the method coined by Rosa, Paço-Cunha and Morais (2009) that is promoted as being an instrument capable of apprehending this relation of discursive influence in practical actions, focusing on practice in organizations. To this end, we rely on the contributions of some theoretical lines that deal with theories of social practices, which emphasize that the lens of social practice theories does not operate with a logic of utilitarian calculation of consequence.

Keywords: *Theories of Practice; Speech; Power; Organizational Studies.*

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ao trazer para discussão as teorias da prática social, temos que localizá-la ante a visão hegemônica de se fazer ciência social em Estudos Organizacionais (EORs), principalmente na questão ontológica e epistemológica do fazer científico. Assim, podemos exemplificar essa predominância nos estudos, apresentando a teoria tradicional, sob luz da teoria sociológica funcionalista de Émile Durkheim (1858-1917), que em seu cerne tem influência da Filosofia Positiva de August Comte (1798-1857), na ênfase ao poder da razão e na superioridade da ciência positiva. O que para Sell (2001, p. 30) significa que, segundo essa abordagem, “a realidade social é idêntica à realidade da natureza e que, portanto, equipara-se também aos fenômenos por ela estudados”.

Nicolini (2013) relata que embora ainda não exista um corpo teórico, coerente e unificado que possa ser chamado de ‘Teoria da Prática’, diversos autores, ao longo do tempo, construíram teorizações que deram origem a escritos das mais diversas áreas, tendo como foco a prática, (SCHATZKI, 2002; RECKWITZ, 2002; WARDE, 2005; GHERARDI, 2009), assim, representantes de diversas escolas de pensamento têm contribuído para a compreensão do principal papel da prática na realidade social. Nesse caso, nas teorias das práticas, temos que o social está localizado nas práticas, ou seja, a menor unidade social de estudo é a prática (RECKWITZ, 2002).

Com isso, um estudo que se apresente pela lente das teorias da prática social não opera com uma lógica do cálculo utilitário de consequência, onde a sua relação instrumental é sempre no sentido de se há tais circunstâncias de implicação em ‘a’ deve-se esperar a ocorrência em ‘q’, de forma determinada, em outras palavras é a forma que a ciência tradicional - de base a ciência natural - sendo utilizada para responder as questões sociais (HORKHEIMER, 1991). Karl Marx (1818-1883) introduziu a ideia de que para entender a ação humana é preciso focar nos contextos social e histórico desta ação. Somente considerando a totalidade concreta de atividades interligadas em que as atividades socialmente produtivas são o ponto de partida pode-se compreender o sentido da ação humana (NICOLINI, 2013).

Nicolini (2013), ainda relata que o discurso é uma forma de ação, um agir na prática, ou seja, uma forma de fazer as coisas acontecerem no mundo e não uma mera forma de representá-lo. Assim, o discurso não pode ser distanciado na ação da prática - prática discursiva e prática como ação - porque o discurso não é algo que está fora do agir, ele é a constituição e a contribuição para a construção de sujeitos, objetos, e conceitos, identidades sociais e nas relações sociais entre as pessoas e seus contextos (FAIRCLOUGH, 2001).

O que possibilita caracterizar o discurso como uma prática, é que as estas relações

remetem para o dizer e o fazer dizer, relacionando-se a realização de atividades, ações e um modo de comportamento (OLIVEIRA, 2003). E, Bourdieu (1996) apresenta que o discurso como ação prática estruturante das relações, e assim o sendo, capaz de denotar capital simbólico.

Diante disso, temos como objetivos nesse estudo:

- (i) introduzir algumas linhas teóricas que versam sobre as teorias das práticas social;
- (ii) apresentar uma aproximação entre Reckwitz e Bourdieu no sentido de explorar que o social está localizado nas práticas, e as práticas ocorrem dentro de campos;
- (iii) entender como o discurso - que é um elemento da ação prática estruturante das relações - se torna capaz de denotar capital simbólico, influenciando assim as relações da prática, tais como compreensões sobre o que dizer e fazer, regras explícitas, princípios, preceitos e instruções através de estruturas “teleoafetivas” envolvendo fins, projetos e tarefas; e por fim,
- (iv) apresentar o método cunhado por Rosa, Paço-Cunha e Morais (2009) como um instrumento capaz de apreender essa relação de influência discursiva nas ações práticas, tendo como foco a prática nas organizações.

O ensaio está estruturado em 5 seções além dessas considerações iniciais na segunda buscamos apresentar uma introdução à teoria da prática social; na terceira ateremos a praxeologia de Pierre Bourdieu (1930-202), aproximando seu conceito de prática com a análise desenvolvida por Andreas Reckwitz (1970-) das teorias da prática, entendida como teoria cultural, contribuindo para a compreensão da prática enquanto unidade de análise do social; na quinta parte apresentamos uma a compreensão da análise crítica do discurso de Norman Fairclough (1941-), e o método teórico-empírico para a conciliação de Bourdieu-Fairclough, proposto por Rosa, Paço-Cunha e Morais (2009) que visa apresentar que os conceitos chaves de Bourdieu podem ser apreendidos pela análise crítica do discurso, isso sob o olhar das organizações; e, por fim, apresentamos nossas reflexões finais.

2. UMA AVENTURA INTRODUTÓRIA SOBRE AS TEORIAS DA PRÁTICA SOCIAL

Na virada interpretativa, a prática foi alçada como a possibilidade de se tornar a categoria de análise sendo fruto da *Practice Turn* movimento da década de 1970 onde os estudos se voltaram para esse foco de estudar os fenômenos sociais com essa lente (SCHATZKI; KNORR CETINA; VON SAVIGNY, 2001). Na década de 1970, as abordagens orientadas à prática tornaram-se cada vez mais influentes e aplicadas à análise de fenômenos tão

diferentes como a ciência, a formulação política, a língua, a cultura, o consumo e a aprendizagem (NICOLINI, 2013). Ortner (2006) apresenta que a teoria da prática social tem como objetivo promover superações de dicotomias, tais como estrutura *versus* agência, objetivismo *versus* subjetivismo, holismo *versus* individualismo.

Dessa forma, quando se pensa no estudo da prática social temos que tal modelo se baseia em oposição aos modelos individualistas, sendo que a forma a ser apreendida é de uma abordagem de práticas que se concentram nas interações entre indivíduos e as estruturas sociais, onde os grupos realizam suas atividades interativas de práticas para renovar e reproduzir a ordem social, superando assim o dualismo de agentes e estruturas (GHERARDI, 2012; BUEGER; GADINGER, 2015; BÍSCOLI; DURANTE; BULGACOV, 2016). “O conhecimento, o sentido, a atividade humana, o poder da ciência, a linguagem, as instituições sociais e a transformação humana são componentes do campo da prática” (SCHATZKI, 2001, p. 2). A prática, como fenômeno social, é aberta, no sentido de seu caráter processual, em determinado espaço e tempo, uma vez que as práticas são dinâmicas, e os arranjos se formam dependendo do contexto em que se inserem.

Ortner (2006) apresenta que as teorias da prática começaram a ganhar corpo a partir dos anos 70-80, em decorrência das publicações de 3 autores: Pierre Bourdieu (1930-2002), Anthony Giddens (1938-) e Marshal Sahlins (1930-), em parte de que cada qual desenvolveu uma teorização pautada nas interações entre as práticas de atores sociais “na vida concreta” (on the ground). Valendo ressaltar que até então a prática não estava como protagonista em dar respostas aos estudos organizacionais.

Nicolini (2013), traz para a discussão outros autores que segundo ele deram base para a discussão sobre a redescoberta da prática, entre os quais: (i) Karl Marx (1818-1883) que introduziu a ideia de que para entender a ação humana é preciso focar nos contextos social e histórico desta ação; (ii) Martin Heidegger (1889-1976) que apresenta que a dimensão ontológica básica de nosso ser no mundo é, de fato, significativamente estruturada por uma textura de práticas materiais e sociais que permanecem impensadas como tais, mas que nós mais ou menos partilhamos; (iii) Ludwig Wittgenstein (1889-1951) - em sua vida madura - que traz o significado de um ato, tanto quanto o significado das palavras é estabelecido no contexto prático em que ela aparece; e (iv) Friedrich Nietzsche (1844-1900) apresentando que o ser humano não é apenas um sujeito pensante, mas alguém que inicia uma ação e é um centro de sentimentos.

Com isso, quando um pesquisador inicia seu empreendimento em pesquisa sobre a prática social, este deve de antemão assumir que saímos de uma visão ontológica de separação entre sujeito e objeto - e de uma realidade dada - para uma visão ontológica, epistemológica e metodológica alternativa a visão hegemônica. Por exemplo, Gherardi (2012) parte

de um pressuposto de que a realidade pode é socialmente construída na relação entre sujeito e objeto. “O social não está em lugar nenhum em particular como uma coisa entre outras coisas, mas pode circular em qualquer lugar como um movimento que liga coisas não sociais” (LATOURE, 2012, p.158). Nesse caso, Latour sugere que o caminho a ser empreendido é seguir os atores em seus entrelaçamentos com coisas.

Bueger e Gadinger (2015) apresentam seis compromissos fundamentais da teoria da prática, sendo eles (i) as teorias de prática enfatizam o processo sobre a dimensão processual da prática e que qualquer processo requer atividade; (ii) as teorias de prática oferecem uma perspectiva distinta sobre o conhecimento. Eles situam o conhecimento na prática e, assim, desenvolvem uma conta unificada de saber e fazer; (iii) as teorias de prática compreendem o conhecimento e a aquisição de conhecimento através da aprendizagem como processos inerentemente coletivos; (iv) as práticas têm materialidade, onde os órgãos são o principal operador de práticas, mas não são o único, pois artefatos materiais ou tecnologias também podem ser portadores de práticas; (v) a ordem social é apreciada como uma multiplicidade. Em vez de assumir o universal ou atacados globais, o pressuposto é que sempre há múltiplas e sobrepostas ordens; e (vi) as teorias da prática adotam uma compreensão performativa do mundo. O mundo depende da prática. Este ‘mundo do tornar-se’ é o produto do estabelecimento, reconstituição e manutenção contínua de relações entre atores, objetos e artefatos materiais.

Essa nova visão e possibilidade de produção de conhecimento de uma forma não tradicional nos é propícia, pois entendemos as teorias da prática como uma teoria cultural, sendo que, a cultura regula a atribuição de significado aos objetos e fornece procedimentos para compreendê-los (RECKWITZ, 2002), sendo essa regulação podendo ser atribuída a linguagem.

Bueger e Gadinger (2015) apresentam que em vez de entender a ordem social como a coordenação das ações através de normas e regras, as abordagens culturalistas se concentram em entender o que faz os atores acreditarem que o mundo é ordenado em primeiro lugar e, portanto, torna-os capazes de atuar dentro dele. Essa capacidade de entender o mundo como ordenado pressupõe uma camada de regras simbólicas e significativas, isto é, a cultura, e com isso as abordagens culturais permitem que os analistas abordem questões de ordem social que eludem estruturas alternativas. E a racionalidade instrumental reduz tais aspectos ao omitir padrões de ações coletivos (RECKWITZ, 2002).

Assim, o olhar para a prática nos traz que está se constitui de forma coletiva, e não com o seu olhar no individual, Schatzki (2012), apresenta que apesar de existir diversas ‘teorias’ da prática, o que há em comum em todas dela é a unidade de análise, que é justamente a prática, a prática social que são atividades humanas e não humanas organizadas, ou seja,

as práticas também podem envolver uma ‘estrutura interobjetiva’, por exemplo, quando os atores aprendem uma prática através da interação com uma máquina ou computador sem necessariamente se comunicar com outras pessoas (RECKWITZ, 2010).

Nas organizações esse viés de olhar as práticas, saindo da visão de que as organizações são ‘coisas’ para a visão de que elas são um processo social, de visão processual das questões organizacionais onde se ocorre as práticas (Nicolini, 2013), e que segundo Vizeu (2010) essa visão é fruto de abordagens e alternativas que surgiram no campo de estudo contra o mainstream da ciência tradicional.

A preocupação com aquilo que as pessoas “realmente fazem” nas organizações não é algo necessariamente novo no campo dos estudos organizacionais. Tal preocupação está presente no campo desde os Estudos de Hawthorne, quando se procurou primeiro entender o efeito da luminosidade e, na sequência, a questão do fator humano como componente essencial do trabalho das pessoas (LEMOS; ALCADIPANI, 2015, p.80)

Assim, com a atual lente de se entender as organizações como campos de práticas, torna-se possível, segundo Nicolini (2013) uma nova visão compreensiva dos fenômenos organizacionais, pois para ele a maioria das teorizações até então das organizações, tornaram-se abstratas, e se distanciaram das concretudes das atividades de que fato ocorrem em seu dia a dia. “A valorização da prática no campo dos estudos organizacionais segue um movimento das Ciências Sociais, interessado no cotidiano, na rotina diária, na vida realmente vivida” (CANOPF; CASSANDRE; APPIO; BULGACOV, 2016, p.9)

2.1 NICOLINI E LATOUR: UMA FORMA DE EXEMPLIFICAR OLHARES E CONCEPÇÕES DIFERENTES SOBRE AS TEORIAS DA PRÁTICAS

Não há dúvidas que Davide Nicolini e Bruno Latour trouxeram suas reflexões que oxigenaram a forma de se apreender os fenômenos pela prática social. Por exemplo Nicolini traz em sua obra de 2013 denominada ‘Practice theory, work, and organization: An introduction’ na qual faz uma revisão do se entender práticas sociais e como a visão de diversos autores podem contribuir no entendimento de construção de conhecimento através delas. O autor vai apresentar desde o legado do pensamento clássico grego, o rebaixamento da prática na tradição ocidental e a sua redescoberta com autores como Marx, Heidegger e Wittgenstein, no qual não são conhecidos como os ‘autores primazias’, porém para Nicolini, estes autores seminais são base para muitas teorias contemporâneas sobre prática (NICOLINI, 2013).

Em sua obra, Nicolini traz uma discussão ontológica, a qual denominou como ontologia plana, no sentido de que se contrapõe com a percepção de teorias abstratas que segmentam o social em ‘micro-meso-macro’; e da mesma forma, do ponto de vista epistemológico há

o rompimento da dicotomia sujeito-objeto.

Do ponto de vista metodológico Nicolini (2013) propôs uma estratégia de análise muito coerente com a concepção de prática situada e contextualizada. Ele sugere ao pesquisador olhar/descrever/analisar as práticas sócias no cotidiano, identificando os elos entre as práticas e revelando as malhas que constituem o social (zoom in) e na sequência, ele sugere o zoom out ampliando-as no espaço e no tempo e garantindo uma análise contextual.

Quando se traz Bruno Latour para a discussão, de antemão já temos um olhar diferenciado para o social, não este sendo um mero fenômeno ou adjetivo, e sim um processo de associação e um tipo de material que ele vai ao longo de sua obra 'Reagregando o social' - edição brasileira de 2012 - indicando que o caminho para o entendimento do social pela lente das práticas é seguir os atores (LATOURE, 2012). Na obra ele vai desvendar as 'incertezas' as quais são mantras em uma visão sociológica funcionalista para depois apresentar a sua percepção de ator-rede, em seus contextos, e um campo feito de mediadores e intermediadores. Latour contrapõe a Sociologia Funcionalista, de inspiração positivista ao afirmar que afirma que "deve-se manter o social plano, rompendo com a dicotomia micro-macro, onde este apresenta que o real não existe nas interações (LATOURE, 2012, p.244), criticando assim essa visão da sociologia tradicional e seu modo de conceber o mundo social tal qual se concebe o mundo natural, físico, biológico, a qual denomina tradicional para com sua ontologia que faz além da discussão do sempre viés: "Sujeito versus Objeto".

Com isso, já contemos esse extraordinário avanço ontológico em Latour⁷ (2012) e em Nicolini (2013) que vem quebrar vários paradigmas, e assim, temos essa visão refletidas em epistemologias para a construção do conhecimento nessa opção de se acurar o Social. Nesse sentido, o autor apresenta a forma de se olhar para um novo empirismo, que o denominou de 2º empirismo.

O empirismo já não aparece como o solido alicerce sobre o qual se poderia erigir tudo o mais, mas sim como uma interpretação muito pobre da experiência. Essa pobreza, entretanto, não pode ser superada afastando-se da experiência material - por exemplo, para a "rica subjetividade humana"-, mas aproximando-se daquilo que as variegadas vidas materiais têm para oferecer. Não é verdade que se deve combater o reducionismo adicionando algum "aspecto" humano, simbólico, subjetivo ou social à descrição, já que o reducionismo, para começar, não trata com justiça os fatos objetivos. O que se poderia denominar o primeiro empirismo conseguiu, por razões políticas, obscurecer as numerosas marchas e contramarchas da objetividade e reduzir os não humanos a sombras. (LATOURE, 2012, p. 164)

⁷ Vale ressaltar que versão da EDUFBA e da Edusc chega com sete anos de atraso em relação à original, escrita em inglês, no ano de 2005. Com isso, temos que em questão de obras, a de Bruno Latour veio primeiro, onde na obra de Nicolini ele faz citação a obra de Latour.

De fato, com essa outra visão ontológica e epistemológica, temos que isso se refletirá no método para a apreensão desse empírico. Como método, Latour (2012) sugere que se siga os atores dentro de suas associações em redes, vendo inclusive que em certas associações existem os intermediários - aqueles que são um elo constitutivo dentro da associação, no sentido de passividade - e os mediadores que de fato mudam, alteram e criam novas associações.

Schatzki (1996, 2002, 2005), introduz a sua concepção ontológica que denominamos aqui de uma ontologia das práticas sociais posicionando-a em um conjunto mais amplo que ele chama de ontologias contextuais (site ontologies). Nesse conjunto, ainda que não tenham sido originalmente “batizadas” com esse nome, poderiam ser incluídas, apesar de suas diferenças, abordagens que têm em comum o argumento de que a análise social deve partir de arenas (contextos) sociais e coletivas de ação – campos semânticos (Taylor, 1985), campos discursivos (Laclau; Mouffe, 1985) ou simplesmente campos (Bourdieu, 1996) – que fornecem e suportam os significados nos termos dos quais as pessoas vivem, interagem e coexistem de maneira inteligível (LEMOS; ALCADIPANI, 2018, p.81)

Assim, Bruno Latour e Davide Nicolini trouxeram além de um apanhado histórico uma reflexão sobre o social, e o seu desvendar através das práticas. E, após a apresentação ampla de práticas sociais, vamos aqui fazer um recorte, apresentando o elemento discurso Reckwitz (2002) para representar um olhar a prática social, em uma percepção que estas ocorrem com campos de poder como explicitado por Bourdieu (2001).

3. DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL: UMA APROXIMAÇÃO DE RECKWITZ E BOUDIEU PARA A COMPREENSÃO DO DOINGS AND SAYINGS

Antes de adentrar em Bourdieu, se faz necessário voltarmos para Reckwitz (2002) que em sua obra *Toward a Theory of Social Practices* que faz a comparação entre a Teoria da Prática e outras vertentes de teorias culturais, onde defende que a teoria da prática é uma teoria cultural e caracteriza a diferença de concepções do social entre elas, como o Mentalismo (o social está localizado na mente do indivíduo), o intersubjetivismo (o social está localizado nas relações) e o textualismo (o social está localizado nos símbolos).

Aqui, nos concentraremos em suas explicações dos elementos da teoria da prática para (i) corpo, mente e agente sendo os carregadores das práticas; (ii) coisas sendo os artefatos das práticas; (iii) Conhecimento como as representações das práticas, sendo a sua história; (iv) discurso como um tipo de prática; e (v) as estruturas e processos como meio de rotinização (RECKWITZ, 2002). Assim, voltamos nosso olhar para o elemento discurso, e concordamos com Nicolini (2013, p. 189), quando este relata que “em termos de teorias

da prática, há várias razões para reservar uma atenção especial ao discurso”.

Na questão do elemento discurso, temos que no Mentalismo, ele é uma competência mental que é expressa por meio da linguagem, já no Textualismo, ele serve para identificar os símbolos presentes no meio social; e no Intersubjetivismo ele é o produto da interação simbólica entre os agentes (RECKWITZ, 2002). Assim, esse olhar para o elemento discurso de mostra diferente nas abordagens apresentadas.

Segundo Reckwitz (2002, p. 249):

As práticas são comportamentos rotinizados que consistem de muitos elementos interconectados um ao outro como, por exemplo: formas de atividades corporais, formas de atividades mentais, “coisas” e seus usos, ou seja, um conhecimento fundamentado na forma de compreender o know-how, estados de emoção e conhecimento motivacional.

Dessa forma, apresenta-se o elemento discurso, que segundo Nicolini (2013) que apresenta o legado de Wittgenstein nas teorias da prática como uma configuração de *intelligibility*, isto é, a capacidade de entende-la, ou então o discurso dentro de uma noção de *habitus* bourdieusiano sendo o produtor da prática, e aquela que desponta a sua natureza estável e mutável.

A linguagem é o agir prático dentro de uma lógica de prática social. Assim, temos que nossas atividades estão subordinadas a determinadas convenções, instâncias e instituições sociais que condicionam e demarcam o que se pode e o que não se pode fazer, oferecendo guias para ações e intenções, e é através da ação prática e das interações dos jogos de linguagens que temos o discurso em ação (WITTGENSTEIN, 1979).

O discurso é uma prática articulada com outras práticas também emolduradas na ordem da capacidade discursiva. Discursos relacionados com outros discursos que se retroalimentam, que se interpelam, que se interrogam; discursos aos quais surpreender, descobrir e saquear; discursos produtores de outros discursos; discursos que se transformam, mas aos que também é possível transformar (IÑIGUEZ, 2004, p.94).

Na questão de discurso como prática social, trazemos um resgate de Pierre Bourdieu (1930-2002), que apresenta as práticas se referindo ao que as pessoas fazem em sua vida cotidiana, onde este revela suas ideias de Campos, Capital e *Habitus*.

Enquanto ambos, Giddens e Bourdieu, colocaram a práxis no centro do fenômeno social, foi para o último que alguém tem que se voltar, para encontrar não somente uma abordagem da prática social pensada, mas também uma teoria das práxis completamente desenvolvidas

(...)

Prática, ou melhor, práticas, são para Bourdieu uma peculiar, teoria carregada, porque se refere ao que as pessoas fazem em sua vida cotidiana. (NICOLINI, 2013, p.53).

Na questão de *habitus*, tem-se como um sistema das “disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (BOURDIEU, 2005, p. 191). É adquirido mediante a interação social e, ao mesmo tempo, é o classificador e o organizador desta interação. É condicionante e é condicionador das nossas ações.

Com isso, intentamos aproximar essa concepção de *habitus* a concepção de prática de Reckwitz (2002) onde o *praktik (prática em alemão)* é comportamento rotineiro que consiste de vários elementos interligados entre si, e um nexos de fazer e dizer (*doings and sayng*), envolvendo corpo, mente, coisas, conhecimento, discurso e linguagem, estrutura e processo. Assim, as práticas são as estruturas de processos formadores de *habitus*, vista como a influência para com a rotinização, ou seja, é a estrutura dos processos.

Isso remete à questão de “campo” que, para Bourdieu (2005), têm suas próprias regras, princípios e hierarquias. São definidos a partir dos conflitos e das tensões no que diz respeito à sua própria delimitação e construídos por redes de relações ou de oposições entre os atores sociais que são seus membros. Em outras palavras:

O campo, no seu conjunto, define-se como um sistema de desvio de níveis diferentes e nada, nem nas instituições ou nos agentes, nem nos atos ou nos discursos que eles produzem, têm sentido senão relacionalmente, por meio do jogo das oposições e das distinções (BOURDIEU, 2001, p. 179).

Com isso, temos o que Bourdieu (2001) defende como a existência do poder simbólico, mediante o qual as classes dominantes (ou campos dominantes) são beneficiárias de um capital simbólico, disseminado e reproduzido por meio de instituições e práticas sociais, que lhes possibilitam fazer uso do poder.

O capital simbólico - outro nome da distinção - não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja a sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição, quer dizer, quando conhecido e reconhecido como algo de óbvio (BOURDIEU, 2001, p. 145).

Assim, entende-se que tal capital simbólico deriva de um poder simbólico que para Bourdieu (2001, p. 9; 177, grifo do autor):

Um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, um fide, uma auctoritas, que lhe confia pondo nele a sua

confiança. É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe. [...] O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o conformismo lógico, quer dizer, “uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências”.

Tal poder simbólico deriva das atuações e relações práticas dos sujeitos, onde seus conhecimentos (representações das práticas) são adquiridos de suas experiências diárias e são compartilhados com os membros de determinados grupos para que sejam utilizados na busca de soluções práticas para um determinado problema, assim a prática é intrinsecamente coletiva ao envolver os membros por meio de atividades que eles realizam e que as realizam porque fazem sentido para eles (GHERARDI, 2009). Assim, “dominação e poder precisam ser produzidos, feitos, compostos. Não há como negar que as assimetrias existem; mas de onde vem e de que são constituídas?” (LATOURET, 2012, p. 98).

Na questão das palavras e discursos, Bourdieu (1996, p. 87, grifo nosso):

O poder das palavras é apenas o poder delegado do porta-voz cujas palavras (quer dizer, de maneira indissociável, a matéria de seu discurso e sua maneira de falar) constituem no máximo um testemunho, um testemunho entre outros da garantia de delegação de que ele está investido.

E no objetivo do discurso, temos:

Quando produzo um determinado discurso, preocupo-me mais ou menos com o efeito que ele vai produzir naquele a quem eu o dirijo. A antecipação do preço que meu discurso receberá ajuda a determinar a forma e o conteúdo dele, que será mais ou menos tenso, mais ou menos censurado, às vezes até o ponto de ser anulado - é o silêncio da intimidação. (BOURDIEU, 2000, p. 53).

Assim, para que isso aconteça, Bourdieu (2001) afirma ser necessária a presença de universos nos quais as estruturas objetivas sejam capazes de se reproduzir nas estruturas mentais. Entre as instituições que contribuem para essa reprodução, o autor assinala os ritos de instituição que criam separação entre os “iniciados” e os “não-iniciados”, que aqui podemos interpretar como tempo de empresa ou prestígio político, por exemplo.

Os discursos não emanam do interior de sujeitos, nem tão pouco são uma inoculação ideológica que determine o pensamento desses mesmos sujeitos. Os discursos articulam o conjunto de condições que permitem práticas: constituem cenários que passam a facilitar ou a dificultar as possibilidades, que fazem surgir regras e mentem relações. Definitivamente, as práticas discursivas deixam claro que falar não é só algo mais como também é algo diferente de exteriorizar um pensamento ou descrever uma realidade: falar é fazer algo, é criar aquilo de que se fala, quando se fala. (IÑIGUEZ, 2004, p.94-95).

Bourdieu é importante nessa discussão do discurso como prática, pois, segundo Hanks (2008, p. 34), ele “se envolveu em inúmeros debates sobre temas fundamentais tais como razão, intencionalidade e pensamento político” e seu “esforço foi conjugar teoria e análise em uma sociologia fundamentada empiricamente”. Em tais circunstâncias de estudo nos é de grande valia utilizar das concepções de tal autor, principalmente se alinharmos aos estudos de Rosa, Paço-Cunha e Morais (2009, p. 81) que afirmam que:

Pierre Bourdieu e a análise crítica do discurso (ACD) desenvolvida no âmbito da linguagem crítica. Ambas as perspectivas se aproximam na medida que percebem a linguagem como uma prática social, mediada pelo poder e dependente de um contexto social de produção.

Por fim, entendemos que as organizações enquanto campos simbólicos de poder nos quais as pessoas convivem em constante interação mediadas pela linguagem e, assim, constroem significado e sentido para suas atividades cotidianas (HATCH; YANOW, 2003), o que para nós é o agir na prática. Aprofundaremos esse raciocínio adiante, quando traremos Fairclough para nossa discussão.

5. O DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL: POR UMA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO COMO FORMA DE DOMINAÇÃO E INFLUÊNCIA DAS AÇÕES PRÁTICAS

Partimos da reflexão de que o discurso é um elemento para a realização das práticas no sentido de as práticas discursivas não são vistas como maneiras de representar o mundo, mas sim como formas de intervir e agir nele. Se faz necessário a indagação se é possível haver formas de dominação para o seu uso, pois pode-se considerar que as práticas discursivas, na mobilização do discurso é o que torna as condições para a concretização da ação nas relações de práticas (Gherardi, 2012).

Nicolini (2013) apresenta que o estudo do discurso pode oferecer insights fundamentais para a compreensão geral da prática, pois ao longo das últimas cinco décadas, uma série de programas de pesquisa tem desenvolvido a ideia de que o discurso é, antes de tudo, uma forma de ação, uma forma de fazer as coisas acontecerem no mundo e não uma mera forma de representá-lo.

Uma forma é o olhar crítico para o discurso, oriundo de uma epistemologia não funcionalista, onde Nicolini (2013, p. 198) nos apresenta que os autores da Análise Crítica do Discurso (ACD) “ênfatizam a natureza política e constitutiva do discurso, bem como o seu papel central nos mecanismos de poder e na mudança social”. Mudança essa localizada e

contextualizada nas práticas.

Por exemplo, Fairclough (2001) entende o discurso como uma prática social reprodutora e transformadora de realidades sociais, e o sujeito da linguagem (a partir de uma perspectiva psicossocial), tanto propenso ao moldamento ideológico e linguístico quanto agindo como transformador de suas próprias práticas discursivas, contestando e reestruturando a dominação e as formações ideológicas socialmente empreendidas em seus discursos. Dessa maneira, o sujeito ora se conforma às formações discursivas/sociais que o compõem, ora resiste a elas. Com isso, ele a ressignifica e a reconfigura. Logo, a língua é uma atividade dialética que molda a sociedade e é moldada por ela. “A ACD deu ênfase ao estudo daquelas ações sociais que pomos em prática através do discurso, como abuso do poder, o controle social, a dominação, as desigualdades sociais ou a marginalização e exclusão sociais (IÑIGUEZ, 2004, p.118).

A análise de discurso preocupa-se não apenas com as relações de poder no discurso (compare-se a análise da conversação), mas também com a maneira como as relações de poder e a luta de poder moldam e transformam as práticas discursivas de uma sociedade ou instituição (FAIRCLOUGH, 2001, p. 58).

Fairclough (2001) completa salientando que as práticas discursivas - ao serem produzidas e reproduzidas -, se naturalizam e vão ganhando aceitação social, tornando-se hegemônicas. Cada ação realizada na dimensão social configura um ‘texto’, e os ‘discursos’ que são praticados socialmente são, por sua vez, compostos de ‘textos’, que se vinculam interativamente (em retrospecto, em contemporaneidade, e em projeção) entre si, configurando, portanto, conjuntos de textos conectos - os ‘intertextos’. Assim, devemos entender a concepção tridimensional do discurso e sua intertextualidade no que se refere a ‘prática discursiva’. A intertextualidade de Fairclough (2001) assume a possibilidade dessa ser um mecanismo de persuasão, onde os textos ao conterem os outros textos (a ideia de enunciados) que são povoados e preenchido com as palavras dos outros em suas ações moldam o agir no social e produção de novos textos.

Para Fairclough (2001), a prática discursiva recorre a contratos que vão naturalizar as relações de poder em suas próprias convenções.

Na questão de dominação pelo discurso, temos em Habermas (1987) que a linguagem também pode prover o caráter ideológico tornando-se assim, um instrumento de dominação no sentido de que a interpretação do sujeito - aqui os entendemos como praticantes - pode ser alienada, pois esta abre condições para se condicionar os discursos moldadores das práticas sociais como interesses de grupos dominantes, e com isso, pode-se incutir na influência destes na construção de sentido através de suas ideologias. Assim, para a ACD, “o discurso é sobretudo uma prática social, já que não é contemplado como uma

‘representação’ ou reflexo dos processos sociais; ao contrário, seu caráter constitutivo é ressaltado” (IÑIGUEZ, 2004, p.119).

5.1 A POSSIBILIDADE DE APREENSÃO DO DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL

Uma vez que ao fazer um recorte para ilustrar como o elemento discurso participa, molda e é moldado pelas práticas sociais, partimos da presunção de que as práticas ocorrem em um ‘campo’ no sentido bourdieusiano, e o agir dos praticantes se dá por conta do seu *habitus* gerando assim capital aos seus detentores, e não em um olhar individual, mas sim o olhar em grupos que estão em constante ação entre outros grupos, perfazendo assim o social localizado nas práticas e moldando os artefatos, história, os agentes, as coisas e o próprio discurso.

O discurso amarra o exercício do poder e controle a uma matriz organizada de práticas sócio-materiais discursivas e não-discursivas, assim, o discurso como uma forma de agir no mundo e assume uma relação dialética entre as manifestações locais de práticas discursivas e as condições que as geram. Por um lado, o discurso é socialmente constitutivo e contribui para a construção de identidades sociais, relacionamentos entre pessoas e corpos de conhecimento. (NICOLINI, 2013)

Ou seja, as práticas que ocorrem em um campo, e as interações da prática se dá por conta do *habitus*, e este se constrói dentro de um viés discursivo.

Bourdieu (2000) salienta que, quando um determinado discurso é produzido, há relativa preocupação para com o efeito que ele vai produzir naquele a quem ele se dirige. Igualmente, a antecipação do valor que o discurso receberá irá contribuir para a determinação da forma e o conteúdo dele, que será mais ou menos tenso, mais ou menos censurado, às vezes até o ponto de ser anulado - é o silêncio da intimidação.

Assim, o elemento discurso pode influenciar os demais elementos propostos por Reckwitz (2002): corpo, mente, coisas, conhecimento, estrutura/processos, agente, e claro, o próprio discurso. E, para ilustrar essa influência, lançamos o exemplo dessa articulação de elementos em um olhar nas organizações.

Uma organização (departamento, rede, órgão governamental etc.), construída como um emaranhado de malhas práticas-arranjos passa a ser encarada, portanto, (1) como um produto de ações executadas pelas pessoas em meio às práticas (atividades humanas) existentes, (2) como uma rede que envolve práticas existentes (“originais” - tal e qual foram inicialmente implementadas, alteradas, complementadas, suplementadas por novas) e um mix de novos e antigos (persistentes) arranjos materiais, (3) que continua

existindo por meio da perpetuação de suas práticas e da manutenção dos seus arranjos materiais, (4) acomodando evolução e mudança na sua rede de malhas práticas-arranjos (SCHATZKI, 2005 *apud* LEMOS; ALCADIPANI, 2015, p.91).

Ao articularem os pontos congruentes entre Fairclough e Bourdieu, os autores Rosa, Paço-Cunha e Morais (2009) publicam sua proposta de análise crítica do discurso enquanto análise crítica das organizações, como uma proposta teórico-metodológica com base na teoria simbólica de Bourdieu, pautados pelo fato de que ambas as perspectivas são aproximáveis na medida de linguagem como prática social, buscando “revelar as formas de dominação e as desigualdades inscritas no discurso por meio de técnicas de pesquisa que se complementam, constituindo-se num poderoso instrumento de pesquisa” (ROSA; PAÇO-CUNHA; MORAIS, 2009, p. 81).

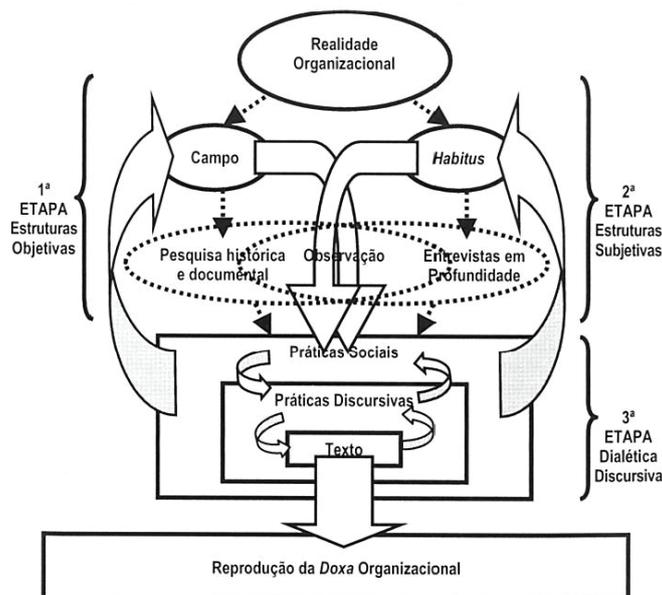
As organizações são um emaranhado de ações práticas, ou seja, são um conjugado de atividades que adquirem significado, sendo reconhecida como unidade, indo além de uma simples ação situada, e que também se caracteriza pela sua relação de temporalidade, rotina, ordenadora dos elementos humanos e os não humanos (Gherardi, 2009).

A questão do simbólico no ambiente organizacional viabiliza expressar um conjunto de ideologias, imagens e valores que são, ao mesmo tempo, importantes para alguns e imperceptíveis para outros, e de que maneira a manipulação de tais aspectos simbólicos na organização vai além de construir uma formação de comunidades de significados, exercendo um papel de controle, e também um espaço de conflitos onde os diversos atores distinguem-se pelos diferentes tipos de capitais adquiridos dentro de um campo de poder (ROSA, PAÇO-CUNHA E MORAIS, 2009).

Bourdieu (2000) salienta que, quando um determinado discurso é produzido, há relativa preocupação para com o efeito que ele vai produzir naquele a quem ele se dirige. Igualmente, a antecipação do valor que o discurso receberá irá contribuir para a determinação da forma e o conteúdo dele, que será mais ou menos tenso, mais ou menos censurado, às vezes até o ponto de ser anulado - é o silêncio da intimidação.

Ao apresentarem sua articulação final, Rosa, Paço-Cunha e Morais (2009) ‘costuram’ a ACD de Fairclough com seu interesse crítico nas relações de poder e na mudança social aproximando-se da dialética entre campo e *habitus* discutidas por Bourdieu. Assim, os autores vão propor um esquema geral de análise que busca trabalhar em conjunto as duas perspectivas teóricas, ilustrada na figura 01.

Figura 01 - Etapas da análise com base na praxeologia e na ACD



Fonte: Rosa, Paço-Cunha e Morais (2009, p. 103).

Na figura acima, os autores descrevem a organização como sendo um subcampo capaz de (re)produzir práticas (discursivas e sociais), sendo um espaço privilegiado de transmissão da *doxa* por meio das relações de poder que são ali sustentadas por discursos dominantes; levando em conta o modelo tridimensional de Fairclough (2001), os desdobramentos de tais práticas (socialmente condicionadas) seriam as práticas discursivas e o próprio texto, sendo o texto o produto final do ciclo de reprodução social/organizacional.

Com isso, temos que o simbólico expressa um conjunto de ideologias, imagens e valores que são ao mesmo tempo importantes para uns e imperceptíveis para outros. Ao reconhecer estes limites simbólicos, temos em Bourdieu (1996 *apud* ROSA, PAÇO-CUNHA; MORAIS; 2009, p. 87) que “os símbolos são os instrumentos por excelência da integração social (...) eles tornam possível o consensus acerca do sentido do mundo social”.

O analista não deve perder de vista essa visão microssociológica, e até etnográfica, da vida cotidiana que se constitui num fator primordial quando estamos falando de práticas, sejam elas sociais ou discursivas. Afinal, a reprodução de um doxa ocorre desde a divulgação de um documento oficial da organização até uma simples conversa entre funcionários. O que deve ficar claro, portanto, é que existem múltiplas formas de circulação de textos à disposição do analista e que deve estar atento quando da formação do corpus a ser utilizado na análise, evitando assumir o discurso dominante como discurso organizacional (ROSA; PAÇO-CUNHA; MORAIS, 2009, p. 101).

Traçando um diálogo com a questão do poder em Bourdieu (2001), enxergamos a noção de campo, em seu tipo de organização social configurado por papéis sociais, posições dos agentes sociais, e de estruturas onde essas posições se ajustam, e o entendimento do poder simbólico da linguagem autorizada, que nos remete a quem detém a autorização de seu uso, e o *habitus* referenciando-os para o seu entendimento. Ou seja, nesta questão temos a estrutura organizacional nos dando a noção do campo organizacional.

Iñiguez (2004, p. 119) ao visitar Fairclough e Wodak (1997), “a ACD presume, também, que o discurso não só está determinado pelas instituições sociais, mas que é parte constitutiva. Ou seja, que o discurso constrói o social.

Conforme Rosa, Paço-Cunha e Morais (2009, p. 100):

Ora, considerando que às práticas sociais são o resultado de um movimento dialético entre campo e habitus onde os agentes do campo interiorizam e exteriorizam as estruturas sociais e mentais reproduzindo e atualizando sua lógica, então podemos compreender organização como subcampo capaz de reproduzir essas práticas, um espaço privilegiado de transmissão da doxa por meio de relações de poder que são sustentadas pelo discurso dominante.

Fairclough (2001), enfatiza que são as práticas discursivas que se naturalizam e ganham aceitação - ao serem produzidas e reproduzidas -, se tornando hegemônicas. Neste sentido, a noção de intertextualidade nos é válida aqui, tendo em vista que esses textos identificados possuem, em algum grau, associação a outros. Essa noção é explicada por Leitch e Palmer (2010, p. 1198, tradução nossa):

O conceito de intertextualidade se refere às ligações que os textos têm com os textos anteriores e pode ter com os textos futuros. Refere-se também a maneira em que os intérpretes fazem sentido dos textos através da elaboração sobre o seu conhecimento de outros textos, incluindo as convenções que existem dentro de determinados gêneros textuais.

Fairclough (2001, p. 90) salienta “o uso de linguagem como forma de prática social”, e isso compreende tomar o discurso como uma forma de ação e assim admitir que sua relação com a estrutura social seja dialética. Dessa forma, o social constrói o discurso e é por ele construído.

Assim, temos que a prática discursiva pode alcançar a prática organizacional, esse subcampo social que, neste caso, constrói a realidade organizacional, conforme Rosa, Paço-Cunha e Morais (2009, p. 102), temos a concepção de prática, que “a análise da prática social da qual o discurso é uma parte, envolve compreender o contexto de produção de discurso e as relações de força que determinam a estrutura social em que ocorrem as relações”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se trata de trazer luz as teorias das práticas social para um estudo, temos que estas são, de formas amplas uma tecelagem de elementos, interligados na prática e assim moldados nas atividades do dia a dia dos praticantes, tornando-se assim um conjugado de dizeres e fazeres que são organizados por um conjunto de entendimentos, conjunto de regras e por uma estrutura teleoafetiva (SCHATZKI, 2005; 2006).

Destarte, nesse estudo, discutimos com um olhar para a prática como um tipo de comportamento rotineiro, de consistências de vários elementos, interligados entre si, sendo eles as formas de atividades corporais, formas de atividades mentais, coisas e seu uso, um conhecimento de fundo na forma de compreensão, know-how, estados de emoção e conhecimento motivacional, e que esta existe dentro de uma interconectividade, não podendo ser reduzida a qualquer um desses elementos.

Assim, em nossa jornada, nós não apresentamos apenas um elemento - discurso - como sendo a prática social, e sim propomos que tais elementos propostos por Reckwitz (2002), ao se apresentarem como interconectados se influenciam mutuamente, e considerando que as práticas ocorrem dentro de um campo simbólico, pode existir a sua manipulação entre grupos praticantes, e numa perspectiva faircloughiana temos que os gêneros discursivos situados são constituintes de uma rede de prática social.

A forma como um texto é produzido e interpretado dependem da natureza da prática sociocultural que integra o discurso (incluindo a sua relação com hegemonias já existentes); ou seja: a natureza da prática discursiva molda a produção de um 'texto', deixando sinais nas suas características superficiais (FAIRCLOUGH, 2001). Dessa forma, abre-se um olhar para quem são os praticantes beneficiários do capital simbólico, que Bourdieu apresenta como sendo disseminado e reproduzido por meio de instituições e práticas sociais, que lhes possibilitam fazer uso do poder.

Fairclough (2001, p. 133) descreve que “não pode haver enunciado que de uma maneira ou de outra não reatualize outros”, e Leitch e Palmer (2010, p. 1197, tradução nossa) explicam que “o contexto dentro deste modelo amplamente adotado consiste em práticas discursivas, incluindo a produção, distribuição e interpretação de textos e práticas sociais”. Com isso, assumirmos que a prática é intrinsecamente coletiva ao envolver os praticantes por meio de atividades que só as praticam, pois fazem sentido para eles (GHERARDI, 2009) inclusive com dentro de uma estrutura teleoafetiva, de envolvimento emocional, que pode ser gerada por discursos. Vejamos a ilustração desse argumento, pela lente de Rosa, Paço-Cunha e Morais (2009, p. 100):

Assim, um texto produzido pela “elite gerencial” tende a reproduzir a doxa visando conservar a estrutura de dominação, ao passo que um texto produzido pelo “chão de fábrica” tende a subvertê-la promovendo mudanças na estrutura. Evidentemente, na maioria dos casos (daí o problema e pesquisa dos analistas críticos) não há diferenças entre os textos produzidos por dominantes e dominados, pois o objetivo principal do discurso ortodoxo é promover uma adesão dóxica por parte destes, confirmando a dominação sob o argumento “legítimo” de uma busca pela “harmonia administrativa”.

Através da aproximação de viés da prática com o ponto de vista de poder e campos simbólicos proposto por Pierre Bourdieu (2001), deu-nos a oportunidade de vislumbrar como a busca dentro das simbologias das trocas linguísticas e das trocas simbólicas podem desvendar o uso do poder que visa legitimar e criar práticas discursivas que são transmitidas e reproduzidas nas práticas sociais. Sendo estas beneficiárias de um capital simbólico, disseminado e reproduzido por meio de instituições e práticas sociais, tal como as organizações e sua matriz unificadora do conjunto das práticas e das ideologias que podem se apresentar como as características de um grupo de agentes (BOURDIEU, 2005).

Por fim, nos valendo de Hatch e Yanow (2003) para o olhar de como se constrói os significados e sentidos nas atividades cotidianas, temos que quando os discursos naturalizam e ganham aceitação dentro das ações e inter-relações de práticas vai constituir um simulacro de ação dos praticantes dentro de uma lógica de que seu agir vai estar em foco para a reprodução do doxa que não perdiz de fato a sua ação atuação, ou seja, as práticas discursivas que são emaranhadas de poder simbólico dos seus grupos de praticantes pode ser operada para a manutenção do status quo, mesmo havendo a movimentação das práticas apresentada por Latour, sendo qual movimentação vai se dar dentro de uma lógica ideológica.

Assim, entendemos, que a proposta de Rosa, Paço-Cunha e Morais (2009) com suas orientações dos métodos de pesquisas históricas-documentais, observação e entrevistas em profundidade podem ser plausíveis para a apreensão de como o elemento discurso se introduz no emaranhado nas ações na prática, a moldando e sendo moldado por ela.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, I. L. **Do signo ao discurso: introdução à filosofia da linguagem**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BISCOLI, F. R. V.; DURANTE, D. G. ; BULGACOV, Y.L.M. Prática profissional do secretariado executivo em organizações: Índícios de uma prática no contexto social brasileiro. **Espacios** (Caracas), v. 37, p. 16, 2016.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. **O poder simbólico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BUEGER; Christian; GADINGER, Frank. **The Play of International Practice**. *International Studies Quarterly* (2015) 59, 449-460.

CANOPE, L.; CASSANDRE, M.; APPIO, J.; BULGACOV, Y.L.M. Uma Aproximação à Estratégia como Prática na Perspectiva Histórico-Cultural: Compreendendo a Prática de uma empreendedora do ramo de serviços de beleza. **Espacios (Caracas)**, v. 37, p. 9-25-25, 2016.

FAIRCLOGH, Norman. **Discurso e mudança social**, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

GHERARDI, Silvia. **How to conduct a practice-based study: problems and methods**. Edward, Massachusetts, USA: Elgar Publishing Limited, 2012.

GODOI, C. K.. Perspectivas de análise do discurso nos estudos organizacionais. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELO, R. SILVA, A. B. (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e modelos**. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 375-401.

HABERMAS, Jürgen. **Dialética e Hermenêutica: para a crítica da hermenêutica de Gadamer**. Porto Alegre: L&PM, 1987a.

HANKS, W. F. Pierre Bourdieu e as práticas de linguagem. In: HANKS, W. F. / BENTES, A. C.; REZENDE, R. C.; MACHADO, M. A. R. (Org.). **Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin**. São Paulo: Cortez, 2008, p. 33-63

HATCH, Mary Jo; YANOW, Dvora. Organization theory as an interpretative science. In: TSOUKAS, H.; KNUDSEN, C. (Org.). **The Oxford handbook of organizations theory meta-theoretical perspectives**. New York: Oxford, 2003. p. 63-87.

HORKHEIMER, Max. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. In: _____; ADORNO, Theodor W. **Textos Escolhidos**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

IÑIGUEZ, Lupicínio. **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**. Salvador: Edufba, 2012.

LEITCH, Shirley; PALMER, Ian. Analysing texts in context: current practices and new protocols for critical discourse analysis in organization studies. **Journal of Management Studies**, v. 47, n. 6, p. 1194-1212, Malden, September, 2010.

LEMONS, L ; ALCADIPANI, R. . Por uma Epistemologia das Práticas Organizacionais: A contribuição de Theodore Schatzki. **Organizações & Sociedade** (Impresso), v. 22, p. 79-98, 2015.

NICOLINI, Davide. **Practice theory, work, and organization: An introduction**. 1. ed. Oxford: University Press, 2013.

OLIVEIRA, Maria Bernadete Fernandes de. Pensando a escrita como uma prática discursiva: implicações para a pesquisa em LA. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 3, n. 1, p. 117-131, 2003.

ORTNER, Sherry B. Uma atualização da teoria da prática. In: **Conferências e Diálogos: Saberes e Práticas Antropológicas**. 25ª Reunião Brasileira de Antropologia - Goiânia 2006. Blumenau. Nova Letra, 2007.

RECKWITZ, Andreas. (2002) Toward a Theory of Social Practices. A Development in Culturalist Theorizing. **European Journal of Social Theory** 5 (2): 243-263.

_____. **Unscharfe Grenzen**. Perspektiven der Kulturosoziologie. Bielefeld: Transcript, 2010

ROSA, Alexandre Reis; PAÇO-CUNHA, Elcemir; MORAIS, César Augusto Tureta de. Análise crítica do discurso como análise crítica das organizações: uma proposta teórico-metodológica com base na teoria simbólica de Pierre Bourdieu. In: CARRIERI, Alexandre de Pádua (Org). **Análise do discurso em estudos organizacionais**. Curitiba: Juruá, 2009. p. 79-108.

SCHATZKI, Theodore R. A primer on practices. In: **Practice-based education**. SensePublishers, 2012. p. 13-26.

SCHATZKI, T. R. Introduction. In: SCHATZKI, T. R.; KNORR CETINA, K.; SAVIGNY, E. von (Ed.). **The practice turn in contemporary theory**. London: Routledge, 2001. p. 1-14.

SCHATZKI, T.; KNORR-CETINA, K.; SAVIGNY, E. V. **The Practice Turn in Contemporary Theory**. London and New York: Routledge, 2001.

VIZEU, F. F. Potencialidades da análise histórica nos estudos organizacionais brasileiros. **Revista de Administração de Empresas**, v. 50, n. 1, p. 37-47, 2010. ISSN 1131-6179.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações Filosóficas**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores).